



11 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 4 de janeiro de 2023



Na terça-feira
R\$ 5,452
(+ 1,72%)

Dólar

	Últimos
26/dezembro	5,209
28/dezembro	5,287
29/dezembro	5,280
02/janeiro	5,360

Salário mínimo
R\$ 1.320

Euro
Comercial, venda
na terça-feira
R\$ 5,762

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41

GOVERNO LULA

Alta real permanente para o salário mínimo

Proposta será enviada ao Congresso até maio. Ministro do Trabalho anuncia também a revisão da reforma trabalhista

» RAFAELA GONÇALVES

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A regulamentação da remuneração de trabalhadores vinculados a aplicativos é outra meta do Ministério, segundo Luiz Marinho



Vamos construir a reforma com diálogo com as partes envolvidas, com trabalhadores e empresas, esse é o ministério do diálogo"

Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego

Após tomar posse da pasta do Trabalho e Emprego, o ex-prefeito de São Bernardo do Campo (SP) Luiz Marinho (PT) assumiu o compromisso de rever a reforma trabalhista promovida no governo de Michel Temer (MDB). Ele defendeu, ainda, a valorização permanente do salário mínimo e a regularização de relações trabalhistas mediadas por aplicativos e plataformas, como as de entregadores e motoristas.

O ex-sindicalista, que havia chefiado a pasta do Trabalho entre 2005 e 2007, afirmou que a proposta para valorização permanente do mínimo será enviada ao Congresso até maio. "Quero convocá-los para, em um curto espaço de tempo, oferecermos ao presidente Lula uma proposta de política de valorização permanente do salário mínimo a ser apresentada ao Congresso Nacional", disse.

Em um tom um pouco mais brando do que o presidente Lula, o ministro salientou que o governo federal não deve revogar a legislação trabalhista, mas sim alterar alguns pontos e "construir um novo marco no mundo do trabalho", que deve acontecer de forma "fatiada". Presente à solenidade, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffman (PR), afirmou que a determinação de Lula é de que a pasta reveja a reforma trabalhista.

Marinho disse que seu objetivo é reduzir o custo das contratações de empregados, e, com isso, estimular a criação de empregos para jovens. Mas salientou que a flexibilização de regras trabalhistas, promovida pela reforma, tem provocado uma tendência de precarização do mercado de trabalho. Ele não adiantou, porém, os pontos que pretende rever. "Vamos construir a reforma com diálogo com as partes envolvidas, com trabalhadores

e empresas, esse é o ministério do diálogo", declarou.

O novo ministro observou, ainda que as regras atuais para os microempreendedores individuais (MEI) foram desvirtuadas, e que é necessário "fortalecer e formalizar" esse grupo "para aumentar a remuneração". Segundo ele, há contratações via MEI sendo realizadas "de forma ilegal". A respeito dos prestadores de serviços para aplicativos, como motoristas e entregadores, Marinho afirmou que eles não desejam trabalhar com carteira assinada nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT), mas que "necessitam de proteção". A ideia, segundo ele, é regulamentar a remuneração desses trabalhadores.

Modernização

A cerimônia de transmissão de cargo lotou o auditório do ministério, com representantes de centrais sindicais e autoridades, como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski.

Em entrevista coletiva após o evento, o chefe da pasta informou que vai propor o abandono das propostas do governo

de Jair Bolsonaro (PL) que tratam da criação da chamada carteira verde e amarela e da reforma administrativa, seguindo orientação da equipe de transição de governo.

A modernização do sistema sindical é outra meta do novo ministro, que pretende alcançar "em uma negociação tripartite", com governo, trabalhadores e sindicatos patronais. A possibilidade de volta do chamado imposto sindical para reforçar as entidades, contudo, está descartada. "Esquece o imposto sindical, não existirá mais no Brasil", disse Marinho.

Dólar dispara e bolsa cai

O mercado financeiro continua reagindo negativamente às primeiras declarações de autoridades do governo Lula. Ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) começou o dia em queda firme e encerrou o pregão com o Ibovespa, principal indicador dos negócios, marcando baixa de 2,08%, aos 104.166 pontos. Com receio dos rumos do novo governo na área fiscal, boa parte dos investidores correram para o dólar, que subiu 1,72%, terminando a sessão cotado a R\$ 5,452 para a venda.

Além da indefinição do novo arcabouço fiscal, sinais de que o novo governo deseja sanar o rombo das contas públicas via incremento das receitas pesaram no humor dos investidores. As declarações do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, de que pretende rever a reforma da Previdência, argumentando que o sistema não seria deficitário, trouxeram mais viés de baixa à B3, que acumulou retração de 5,07% nos dois primeiros pregões de 2023.

Segundo analistas, avolumam-se sinais de que o governo se inclina à heterodoxia, com a ala política do Planalto, respaldada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abafando qualquer tentativa de esfriar os ânimos empreendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ainda ecoam no mercado a decisão de prorrogar em 60 dias a desoneração dos combustíveis (prazo que pode ser ampliado segundo debates dentro do governo), em oposição ao defendido por Haddad, e declarações de que a política de preços da Petrobras será alterada.

As ações preferenciais da estatal, que vem sofrendo um longo processo de baixa desde o final do ano passado, recuaram 2,53% ontem, e as ordinárias, 1,41%. Também contribuiu para a queda o recuo de 4,3% das cotações do petróleo tipo Brent no mercado internacional, para US\$ 82,10 por barril, movimento que reduz os lucros da companhia.

Na carteira teórica do Ibovespa, apenas cinco ações fecharam no campo positivo. Entre as blue chips, observou-se um comportamento similar ao de segunda-feira, com as ações da Vale tentando se livrar da maré negativa, embora tenham sucumbido no fim do dia (-0,18%) enquanto bancos também afundavam. Papéis do Bradesco caíram mais de 4%. Banco do Brasil ON, a despeito do temor de ingerência das estatais, perdeu bem menos (-1,86%).

"Existe uma grande aversão ao risco em razão do quadro fiscal" afirmou Wagner Varejão, especialista da Valor Investimentos. "Ninguém sabe o que vai substituir teto de gastos, e a possibilidade de mudança de política de preços da Petrobras sugere possível intervencionismo do governo nas estatais", acrescentou a economista-chefe da B. Side Investimentos, Helena Veronese.

Lupi promete zerar fila e nega deficit do INSS

José Cruz/Agência Brasil

Zerar a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e promover uma revisão da reforma previdenciária aprovada pelo Congresso em 2019 foram as prioridades anunciadas ontem pelo presidente do PDT, Carlos Lupi, ao assumir o cargo de ministro da Previdência Social. Ele afirmou que pretende organizar um mutirão com governos estaduais e prefeituras para colocar em dia os pedidos de aposentadoria e benefícios. "Meu objetivo é acabar com essa fila, que destrói a cidadania", declarou.

Sem dar detalhes, Lupi disse ainda que quer discutir o que chamou de "antirreforma" da Previdência, em referência às regras aprovadas no início do governo de Jair Bolsonaro (PL). Para o novo ministro, ao contrário do que vem sendo afirmado há anos, a Previdência não tem déficit. As declarações tiveram impacto no mercado financeiro (veja ao lado).

"Quero formar uma comissão

quadrupartite, com representação dos sindicatos patronais, dos empregados, dos aposentados e do governo, para discutir com profundidade o que foi essa antirreforma da Previdência, discutir com números e com profundidade", alegou.

"A Previdência não é deficitária. Vou provar isso a cada dia que estiver nesse ministério. E vou provar com números, dados, informações", disse o ministro, que argumenta que parte da arrecadação constitucionalmente destinada à Previdência não está no balanço financeiro do sistema, o que levaria a uma visão equivocada da situação. De acordo com dados do Tesouro Nacional, em 2021, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 262 bilhões.

Ação conjunta

Os relatórios da equipe de Transição apontaram que

cerca de 5 milhões de processos estão há mais de 45 dias aguardando análise do INSS. O caminho para acabar com o problema, de acordo com o ministro, passa por uma ação conjunta com governantes de estados e municípios, informatização e prestígio aos funcionários que atendem o público.

"Com a automação e um mutirão que eu pretendo rapidamente, ainda este ano, acabar com a fila e ter a entrega das respostas dos benefícios da previdência o mais rápido possível", disse Lupi.

Lupi prometeu ainda dar transparência aos dados mensais de aposentadorias, beneficiados, pedidos e demandas não atendidas, "para que a população possa cobrar". Ele anunciou também a criação de um cartão com identidade nacional única para aposentados, com o objetivo de facilitar o



Segundo Lupi, Previdência não recebe arrecadação a que tem direito

acesso a benefícios como gratuidade nos transportes. Outra meta é baixar as taxas de

juros sobradas nos empréstimos consignados a aposentados e pensionistas. (RG)